



Trabalho de Conclusão
do Curso de Educação
Física

Bacharelado



participação de mulheres brasileiras no futebol: desvalorização e desafios

Ludmylla Beatriz Cunha Mota¹
Orientador: Thiago Camargo Iwamoto^{**}

Resumo - A participação das mulheres no esporte nem sempre foi da forma que observamos atualmente, sendo que durante a Grécia Antiga a sua participação nos esportes era proibida. Com isso a conquista das mulheres no contexto esportivo aconteceu de forma gradual. Especificamente no contexto do futebol feminino brasileiro, essa realidade não foi diferente, visto que a prática foi proibida por um período e ainda hoje percebe-se alguns desafios, desvalorizações e preconceitos dentro da modalidade. **Objetivo:** Compreender as razões da desvalorização do futebol feminino no país que se intitula como 'País do futebol'. **Método:** Natureza qualitativa, do tipo descritiva e com recorte temporal transversal. É uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, utilizando de fontes como livros e artigos que tratam sobre a temática. **Resultados:** Foi observado que as mulheres que praticam futebol enfrentam barreiras como preconceitos, invisibilidade, pouco apoio da mídia, diferenças de premiações e salários, escassez de espaços e campeonatos. **Conclusões:** Percebeu-se que existe alguns fatores culturais que promovem a desvalorização do futebol feminino no Brasil, sendo que esses fatores também influenciam na permanência no esporte..

Palavras chaves: Futebol feminino. Mulheres. Desvalorização. Esporte.

Abstract - The participation of women in sports was not always the way we see it today, and during Ancient Greece their participation in sports was prohibited. With that, the conquest of women in the sporting context happened gradually. Specifically in the context of Brazilian women's football, this reality was no different, as the practice was banned for a period and even today there are some challenges, devaluations and prejudices within the sport. **Objective:** Understand the reasons for the devaluation of women's football in the country that calls itself 'Football Country'. **Method:** Qualitative nature, descriptive and with a transversal time frame. It is a literature review of the narrative type, using sources such as books and articles dealing with the subject. **Results:** It was observed that women who play soccer face barriers such as prejudice, invisibility, little media support, differences in awards and salaries, scarce spaces and championships. **Conclusions:** It was noticed that there are some cultural factors that promote the devaluation of women's football in Brazil, and these factors also influence the permanence in the sport.

Key words: Women's football. Women. Devaluation. Sport.

Submissão: 05/11/2021

Aprovação: xx/xx/2021

¹Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

^{**}Docente do curso de Bacharelado em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestre e Doutor em Educação Física (iwamoto@pucgoias.edu.br)

INTRODUÇÃO

A presença feminina passou e ainda passa por muitos desafios para chegar até onde se encontra atualmente, uma vez que a sociedade ainda é estruturada por sistemas de opressão que diminuem algumas pessoas de acordo com o gênero e sexualidade, classe social, questões étnico-raciais e outras. Durante a Grécia Antiga a participação das mulheres era proibida até mesmo para assistir aos primeiros Jogos Olímpicos (LOFFREDO, 2004; CASTRO, 2021).²

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos Modernos a sua prática não foi aceita, pois temiam que a participação esportiva poderia vulgarizar ambiente de honras e conquistas, dessa forma a participação feminina só veio ocorrer na segunda edição do evento, em 1900, e a participação de uma brasileira ocorreu apenas em 1932. Em Tóquio 2020, o número de mulheres alcançou a incrível marca 48,8%, quase a metade dos atletas (CASTRO, 2021; COI, 2017; GOELLNER, 2006, 2004; TUBINO, 2002 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Visto o avanço das mulheres e a legitimação em diversos cenários esportivos, destacamos o futebol como contexto dessa pesquisa, o qual entendemos ser uma das modalidades esportivas mais praticadas no país. O seu início ocorreu em 1895 na cidade de São Paulo através de Charles Miller, o qual foi o precursor dessa modalidade no país (ROQUE, 2020).

Em relação ao futebol feminino, historicamente é possível identificar que o seu início se deu no ano de 1921. Diferentemente do futebol masculino, o futebol feminino durante a sua história sofreu com proibições e preconceitos, atrapalhando o desenvolvimento da modalidade, sendo institucionalizado apenas na década de 1980. Posteriormente, com a formação de uma equipe brasileira, o Brasil participou de todas as edições da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Ainda hoje as mulheres praticantes de futebol enfrentam alguns desafios em sua prática (FIFA, 2021a, 2021b; ROQUE, 2020; BALARDIN *et al.*, 2018; FERREIRA *et al.*, 2018; MAGALHÃES, 2010; KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003).

Dentre os desafios para a prática e permanência no futebol feminino, destaca-se o preconceito promovidos pela cultura machista e moralista, que acabam definindo o futebol como um esporte masculino. Essa cultura hegemônica apresenta que esse tipo de prática realizada por mulheres deveria ser algo evitado, pois pode masculinizar o corpo feminino, este considerado como “sexo frágil” que deveria cuidar da casa e dos filhos. No Brasil a prática do futebol feminino chegou a ser proibido pelo decreto-Lei 3.199 de 1941 que não permitia a prática de esportes que fugissem da sua natureza. Outros fatores que contribuem para a desvalorização é a falta de investimentos, apoio da mídia, desigualdade financeira, dupla ou mais jornada, entre outros. (FERREIRA, 2020; FERREIRA, *et al.*, 2018; FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005; SOUZA; DARIDO, 2002)

Através da análise do contexto em que o futebol feminino se encontra, surge o seguinte problema: por que o futebol feminino é desvalorizado no Brasil, sobretudo por ser um país reconhecido como o ‘país do futebol’, não havendo propostas para a iniciação e permanência esportiva? Portanto, o objetivo geral desse artigo é compreender as razões da desvalorização do futebol feminino no país que se intitula como ‘País do futebol’.

A metodologia do trabalho é de natureza qualitativa, do tipo descritiva e com recorte temporal transversal. É uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, utilizando

² <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/mulheres-nos-jogos-uniformes-participacao-e-salarios-em-pauta/>

de fontes como livros e artigos que tratam sobre a temática. As principais fontes utilizadas foram: Silvana Vilodre Goellner (2021; 2006; 2005; 2004) e Gilberto Oliveria, Eduardo Cherem e Manoel Tubino (2008).

O presente artigo está organizado em três seções, sendo que a primeira seção trata sobre as relações de gênero presente desde os primórdios até os dias atuais, dando enfoque no meio esportivo; a segunda apresenta a evolução da modalidade esportiva (futebol) no Brasil, desde a sua inserção até os dias atuais, enfatizando o futebol feminino; a terceira aponta as dificuldades que mulheres praticantes de futebol enfrentam durante a sua prática, como o preconceito e pensamentos machistas e outros fatores que dificultam a sua permanência no esporte.

Esse artigo se destina a todas as pessoas que tenham interesse em compreender a desvalorização do futebol feminino no Brasil, sendo professora/professor, espectadora/espectador e outros. Ademais, sugere-se e compreende esse trabalho como incentivo para pesquisas futuras, sobretudo aquelas que tratam sobre as questões de gênero e esporte, especificamente o futebol.

1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPORTE

Tubino (1999 apud ZAFFALON JÚNIOR; MEDEIROS; SILVA, 2012) compreende o esporte como uma atividade abrangente, pois engloba diversas áreas que são importantes para a humanidade, tais quais: educação, turismo, saúde e etc. Além disso, o esporte possui um papel social para os indivíduos. O esporte ainda pode promover a aquisição de habilidades físicas, conhecimentos, normas e regras, socialização, independência, confiança, responsabilidade, atitudes e transmissões de valores (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2009; MARTINS *et al.*, 2002).

O esporte possui uma vasta possibilidades de significados, essa variação linguística e sociológico é conhecida como polissemia do esporte, estando presente como parte fundamental da cultura, sendo esse espetacularizado pelos indivíduos pelo fato de possuir ações imprevisíveis, velocidade, beleza e o drama humano relacionado à busca da vitória ou derrota, com isso as pessoas se tornam espectadores de eventos esportivos e quanto maior o número de espectadores maior será o investimento no setor financeiro, dessa forma o espetáculo esportivo é consumido pelos indivíduos como forma de entretenimento (PNUD, 2017; MARTINS *et al.*, 2002; BETTI, 1998 apud PNUD, 2017; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2009).

É observado que o esporte é visto como uma ascensão social, permitindo assim que famílias possam ter uma melhor qualidade de vida no campo financeiro. Nesse contexto, percebemos que as pessoas podem ser vistas como mercadoria de consumo do capitalismo, pois se observa que crianças e jovens são induzidas ao esporte com um sonho de se tornarem grandes jogadores e enriquecerem por meio do profissionalismo. Essa situação é oriunda da alienação provocada pela mídia, onde os mais aptos ganham milhões em clubes, dessa forma o esporte movimenta bilhões e bilhões de dólares. Entretanto, nem sempre todas crianças que iniciam uma prática esportiva com esse sonho, alcança esse objetivo, já que são selecionados apenas os mais hábeis e em muitos desses casos acabam se tornando adultos frustrados (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2009; LEITE, 2007 apud ZAFFALON JÚNIOR; MEDEIROS; SILVA, 2012).

Desde o tempo primitivo, quando o esporte era confundido com rituais religiosos e de caça, a participação feminina estava presente, já que nesse período as mulheres participavam da caça, auxiliando o combate da presa para o abate. Entretanto, e com o avanço e as limitações das funções e papéis de gênero, o fato da

participação da mulher na caça provocava algumas proibições e recolhimento, relacionado a estrutura social patriarcal, isso mantido até a Grécia Antiga (TUBINO, 2002 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Os primeiros Jogos Olímpicos, conhecidos como Panatéias, ocorridos na Grécia Antiga, era considerado de grande importância, sendo realizado de quatro em quatro anos em comemorações aos Deuses através de jogos e lutas. Nesse período a mulher não podia participar de qualquer modo, nem como espectadora, sendo alegado que o local poderia causar danos as mulheres, por ser muito íngreme. Todavia, esse não era o único motivo que proibia a presença feminina no *Stadium*, uma vez que cabia às mulheres apenas o papel da maternidade, sendo excluídas da vida pública, ou seja, desde a antiguidade as mulheres eram discriminadas dentro do contexto esportivo (LOFFREDO, 2004; OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008 MARTINS *et al.*, 2002).

Após o período de proibição dos eventos esportivos durante o domínio Romano, os Jogos Olímpicos retornam em 1896 em Atenas, na Grécia, através de Pierre de Frey, conhecido como Barão de Coubertin. Essa primeira edição dos jogos não contou com a participação feminina, pois os seus idealizadores defendiam que as mulheres não poderiam participar, pois iriam vulgarizar um ambiente de honras e conquistas. Coubertin considerava os jogos como um local que privilegiava a representação da figura do homem competidor e a construção da virilidade masculina, ficando a mulher com a função de coroar os vencedores, ou seja, uma função secundária. (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007; GOELLNER, 2006, 2004; LOFFREDO, 2004).

O barão reconhecia os direitos femininos a uma educação esportiva, sendo realizado competições entre elas, desde que fossem realizadas fora da vista masculina devido a raízes antropológicas e culturais. Coubertin pretendia realizar os jogos de forma fiel às competições gregas da antiguidade, sendo a única ressalva à exposição pública das mulheres (ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007; GOELLNER, 2004; GIAROLA, 2003 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; DEVIDE, 2002 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Mesmo com a sua prática proibida nos primeiros jogos, Stamati Revithi, posteriormente chamada de Melpomene, em 1896 participou de forma ~~extraoficial~~ extra-oficial da maratona de 42 km, onde a última volta foi realizada fora do estádio, pois a sua entrada foi proibida. Talvez Stamati tenha sido a primeira mulher a enfrentar barreiras da tradição esportiva da era moderna (PFISTER, 2004 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; OLYMPIC MAGAZINE, 1997 apud GOELLNER, 2004).

A participação feminina nos Jogos Olímpicos só veio a acontecer oficialmente na segunda edição em Paris, no ano de 1900, devido a uma desorganização e polêmica envolvendo o Comitê Olímpico Internacional (COI). Com isso, essa edição contou com onze mulheres que disputaram duas modalidades: golfe e tênis, pois esses esportes não tinham contato físico, além de serem esteticamente belos (DEVIDE, 2002 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; GOELLNER, 2004; LOFFREDO, 2004; TUBINO, 2002 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

O quantitativo de mulheres em olimpíadas foi aumentando com o decorrer dos anos. Em 1904, por falta de patrocínio a outras modalidades, apenas seis atletas participaram em competições de arco e flexa. Em 1908, o número aumenta para 37 atletas em competições de tênis, patinação no gelo e arco e flexa, também foi permitido a participação de mais duas mulheres nas provas de vela e barco a motor com os seus maridos. Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, foi incluída as

provas de natação feminina e o número aumentou para 48 mulheres (COI, 2017; PFISTER, 2004 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; REIS, 1997 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

A participação feminina se evidenciou de forma significativa em 1928 em Amsterdã, após a renúncia de Barão de Coubertin, que estava desiludido com os rumos que os Jogos Olímpicos estavam seguindo, como a participação das mulheres, a crescente profissionalização dos atletas e interferências políticas. Devido a esse fato as mulheres foram admitidas e puderam disputar provas de Atletismo, sendo esse considerado o esporte mais nobre (LOFFREDO, 2004).

Desse modo, e reforçando os dizeres anteriores, há um aumento significativo do quantitativo de mulheres. Na tabela 1 é possível observar em que ano as modalidades foram incluídas para as mulheres nos Jogos Olímpicos de Verão e Inverno. No gráfico 1 é apresentado a evolução da participação feminina ao decorrer das edições do Jogos Olímpicos comparado com a participação feminina.

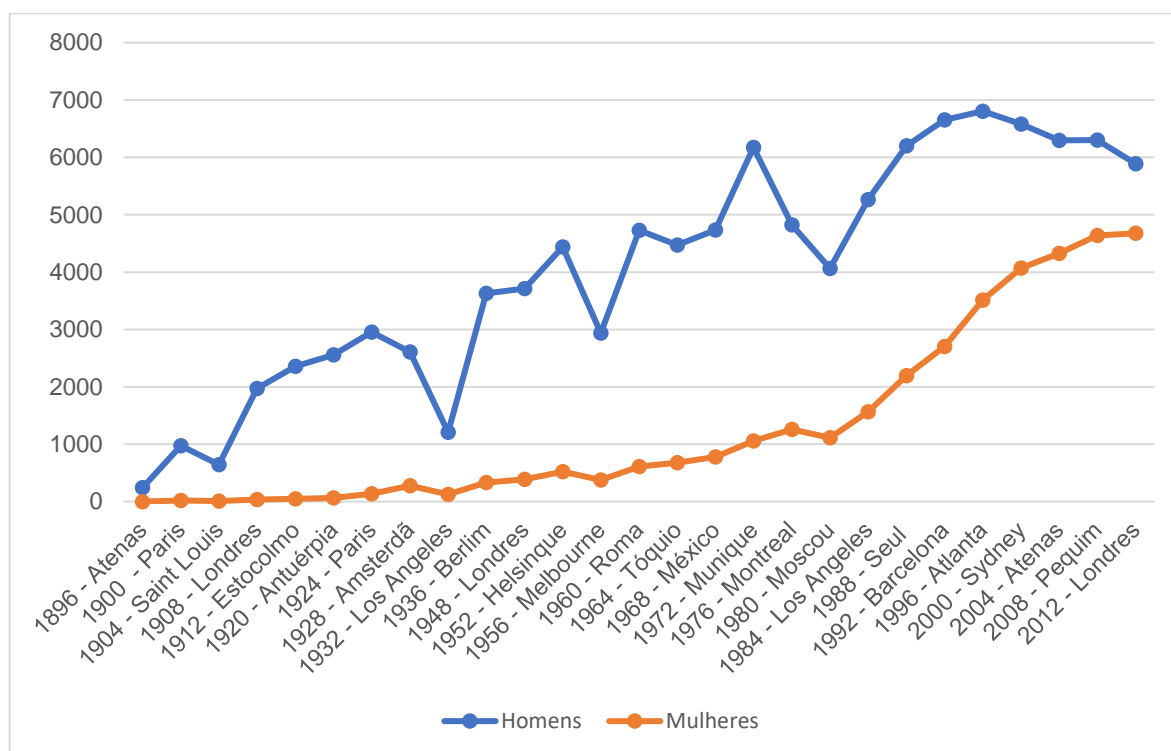
Tabela 1 - Modalidades incluídas para mulheres nos Jogos Olímpicos de Verão e Inverno

Ano	Modalidades
1900	Tênis e golfe
1904	Tiro com arco
1908	Tênis* e patinação
1912	Esportes aquáticos
1924	Esgrima
1928	Aletismo e ginástica
1936	Ski
1948	Canoagem
1952	Hipismo
1964	Vôlei e luge
1976	Remo, basquete e handebol
1980	Hóquei
1984	Tiro esportivo e ciclismo
1988	Tênis*, tênis de mesa e vela
1992	Badminton, judô e biatlo
1996	Futebol e softbol
1998	Curling e hóquei no gelo
2000	Levantamento de peso, pentatlo moderno, taekwondo e triatlo
2002	bobsled
2004	Luta
2012	Boxe
2016	Golfe* e rúgbi
2020	Surfe, skate, Karatê, escalada esportiva e softbol*

Fonte: COI apud Castro (2021)

Legenda: *Esportes que foram reintroduzidos ao programa olímpico

Gráfico 1 - Evolução da Participação Feminina nos Jogos Olímpicos



Fonte: COI (2017).

Nas Olimpíadas de 2016 e 2020, o número de mulheres participando continuou aumentando, sendo 45% e 48,8% respectivamente. Isso representa uma aproximação da participação feminina à masculina. Além do mais houve a inclusão de provas mistas em algumas modalidades, sendo que em Tóquio 2020³ eram 18 competições e nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 esse número passará para 22 competições mistas. O COI propõe que as Olimpíadas de Paris 2024 serão os primeiros jogos em que haverá uma maior equidade de gênero, onde se pretende alcançar 50% de homens e 50% de mulheres (CASTRO, 2021; Istoé, 2021; RODRIGUES, 2021).^{4,5}

Em Tóquio 2020 se abordou muitas pautas em relação à questão de gênero, como já citado anteriormente a participação feminina foi a maior da história (48,8%), estando presentes em diversas competições que foram e ainda são reconhecidas como masculina, dentre elas o futebol e skate. Além do mais, foi nessa edição que tivemos a primeira participante transexual em uma Olimpíada: Laurel Hubbard, levantadora de peso (CASTRO, 2021; GIANNINI; SEGALLA, 2021).

Em específico sobre a inserção das mulheres brasileiras no esporte, Goellner (2006) apresenta que se deu no século XIX, entretanto é apenas no século XX que a participação feminina se amplia, ganhando mais visibilidade. A prática corporal era vista como uma forma de desenvolvimento e fortalecimento da nação, desenhando um estilo de vida, sendo as práticas corporais e esportivas como divertimento que logo se proliferaram pelos centros urbanos e cada vez se multiplicaram os números de participantes e espectadores (GOELLNER, 2006).

³ Ocorrida no ano de 2021 devido à Pandemia do Covid-19.

⁴ <https://istoe.com.br/paris-2024-tera-inclusao-do-breanking-e-italo-ferreira-em-agradecimento-a-toquio-confira-a-projecao/>

⁵ <https://tracklist.com.br/olimpiadas-genero/112131>

Juntamente com esse crescimento do esporte aliadas com as notícias sobre a realização das Olimpíadas Modernas em 1920 na Antuérpia, que o Brasil se insere no mundo esportivo, sendo essa participação como estratégia, visto que não havia um sistema organizado no país. A participação brasileira nos Jogos Olímpicos de 1924 só foi possível devido ao entusiasmo das pessoas diante ao fenômeno esportivo, onde alguns paulistas organizaram um movimento juntamente com a Federação Paulista de Atletismo na tentativa de conseguir recursos para enviar uma pequena delegação para Paris (GOELLNER, 2006). Porém, a participação foi limitada aos homens.

Na Olimpíada de 1928, realizada em Amsterdã, não houve a participação de nenhum brasileiros devido a falta de verbas. Portanto, a próxima participação do Brasil ocorreu apenas em 1932 na cidade de Los Angeles, sendo que nessa Olimpíadas foi registrado a participação da primeira mulher brasileira e sul-americana, já que até então apenas os indivíduos do gênero masculino participaram das outras edições. Essa privação dos espaços era possível pois a sociedade se apresentava como ultraconservadora na época e não permitia a participação das mulheres em alguns locais, inclusive no esportivo, uma vez que estavam destinadas à maternidade (COI, 2017; ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007; GOELLNER, 2006).

No Brasil, as mulheres precisaram enfrentar outros desafios, como o Decreto Lei 3199, de 14 de abril de 1941 que criou o Conselho Nacional de Desporto (CND), o qual, através do artigo 54, restringe a participação feminina em esportes que não condiziam com a sua natureza (ROQUE, 2020; FERREIRA *et al.*, 2018; SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016; MAGALHÃES, 2010; ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007).

Em 1975, através da deliberação nº 7/65, o CND liberou a prática de alguns esportes considerados femininos, com exceção das lutas, futebol de campo, praia e salão, **polopéte**, halterofilismo, baseball e huggy (CASTELLANI FILHO, 2001 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008). Tal fato só se encerrou em 1979 quando o CND, através da Deliberação n.º 10/79 revogou a de n.º 7/65, permitindo assim a participação das mulheres nos esportes que antes eram proibidos (ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007; GOELLNER, 2005; CASTELLANI FILHO, 1988 apud SOUZA; DARIDO, 2002).

A participação feminina nos Jogos Olímpicos também seguiu igualmente ao que ocorreu no mundo, de forma lenta e gradual. Maria Lenk foi a primeira representante do Brasil a participar de uma edição dos Jogos Olímpicos, especificamente no ano de 1932, em Los Angeles, o que representava apenas 1,5% dos 67 atletas brasileiros. Já nas últimas Olimpíadas (Tóquio 2020), a participação subiu para 140, representando 46,5%, quase a metade dos atletas. Em 1936, na cidade de Berlim, Maria Lenk se destacou e entrou para história após inventar o nado borboleta (COB, 2021 apud GIANNINI; SEGALLA, 2021; ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007; Comitê Olímpico Brasileiro, 2006 apud OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; LOFFREDO, 2004).

A participação de brasileiras nos demais esportes ocorreu nas edições seguintes. Em 1980, a equipe feminina de vôlei participou pela primeira vez, ficando em sétimo lugar. Em 1992, o vôlei feminino ficou na quarta colocação e participou pela primeira vez do basquetebol, conquistando o sétimo lugar. Em 1996 as brasileiras participaram da primeira competição de futebol em Olimpíadas e em 2000 participaram pela primeira vez da ginástica rítmica e handebol. As primeiras medalhas foram conquistadas em 1996, sendo prata e bronze no vôlei de praia, bronze no voleibol e as jogadoras do basquetebol conquistaram a prata (LOFFREDO, 2004).

Nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, as mulheres brasileiras conquistaram 42,8% das medalhas (9 de 21 conquistadas pelo país). Nessa edição o Brasil teve

outros feitos através da participação feminina, como a Ana Marcela Cunha que foi a primeira nadadora a conquistar o ouro na maratona aquática; na ginástica, Rebecca Andrade foi a primeira a conquistar duas medalhas em uma edição; também foi conquistado medalhas inéditas no boxe, judô, tênis e skate, dentre os atletas dessa última modalidade pode-se citar a skatista Rayssa Leal que aos 13 anos conquistou prata na modalidade que ainda hoje é considerada por muitos como algo masculino (ESPN, 2021; GIANNINI; SEGALLA, 2021).

Por mais que se veja atualmente uma crescente participação de mulheres em competições esportivas, como é o caso dos Jogos Olímpicos, é importante reforçar que nem sempre essa participação era permitida, sendo que a inserção da mulher no esporte ao decorrer da história ocorreu de forma irregular. Dessa forma, a legitimação nos espaços e pertencimento aconteceram através das conquistas alcançadas através de cada modalidade e, nesse percurso, é notável algumas dificuldades que as mulheres precisaram enfrentar (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008; GOELLNER, 2006).

A participação feminina não são iguais a masculina nas condições de acesso e participação, isso em âmbito do esporte de rendimento, na educação física escolar, no lazer, na visibilidade conferida pela mídia e nos valores das premiações. Essa distinção também é vista fora do âmbito da participação, como na gestão e administração (GOELLNER, 2006). Sendo necessário uma busca pela equidade de gênero, para avançar nesse quesito, sobretudo pensando em políticas públicas como forma de transformar atitudes culturais e provocar mudanças dos estereótipos atribuídos às mulheres e suas limitações (PNUD, 2017).

2 HISTÓRIA DO FUTEBOL E DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

O esporte, especificamente o futebol, chegou ao país no final do século XIX, em 1895 na cidade de São Paulo. O responsável por trazer a modalidade para o Brasil foi Charles Miller, nascido no bairro do Brás (SP), que conheceu o esporte em sua temporada de estudos na Inglaterra e ao final trouxe todo o conhecimento na sua bagagem, se tornando o percussor da modalidade no Brasil. Para a realização do jogo, Miller trouxe as regras de competição, duas bolas de futebol, dois uniformes completos, uma bomba de ar e uma agulha (ROQUE, 2020; MAGALHÃES, 2010). Desse modo, o primeiro jogo aconteceu entre funcionários ingleses das empresas inglesas: Funcionários da Companhia de Gás *versus* CIA Ferroviária São Paulo Railway, no dia 15 de abril de 1895 (ROQUE, 2020).

No início o futebol era como atividade de lazer para a elite, que impedia a popularização da modalidade. Nesse momento o esporte foi marcado por duas contendas: a primeira, entre os times de elite e times populares, e a segunda, entre o profissionalismo e o amadorismo. A elite defendia o amadorismo da modalidade, enquanto os times populares defendiam a democratização e também o profissionalismo. Mesmo impedindo a democratização da modalidade, a elite perdeu o controle sobre o futebol no início do século XX. Nessa fase se destacam três times, sendo eles: Bangu, Vasco da Gama e Corinthians, com isso ocorreu a abertura do futebol para as massas (MAGALHÃES, 2010).

Outro ponto importante a se observar foi a questão racial, pois mesmo com a abolição da escravatura em 1888, as questões sobre o racismo ainda permanecia muito forte (ainda é) no futebol brasileiro, situação que ocorre em campo até os dias de hoje. Dessa forma, teriam um grande percurso a percorrer até a democratização e inserção de jogadores negros em times brasileiros, pois durante alguns tempos foi

proibido aos times inclui-los. (MAGALHÃES, 2010; VIEIRA; FREITAS, 2006 apud ROQUE, 2020).

Atualmente, o futebol é um dos esportes mais populares em todo o mundo (ROQUE, 2020). O esporte está presente na cultura brasileira, sendo o mais praticado e admirado não só no Brasil como em todo o mundo, possuindo um elevado investimento e publicidade que são alguns dos fatores que contribuiu para que o futebol ficasse em um alto nível em todo o mundo. Segundo a pesquisa realizada em 2013 pelo IBGE, o Brasil possui 42,7% de praticantes de futebol, sendo 66,20% homens e 19,20% mulheres (Figura 1) (FERREIRA *et al.*, 2018; BRASIL, 2015; KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003).

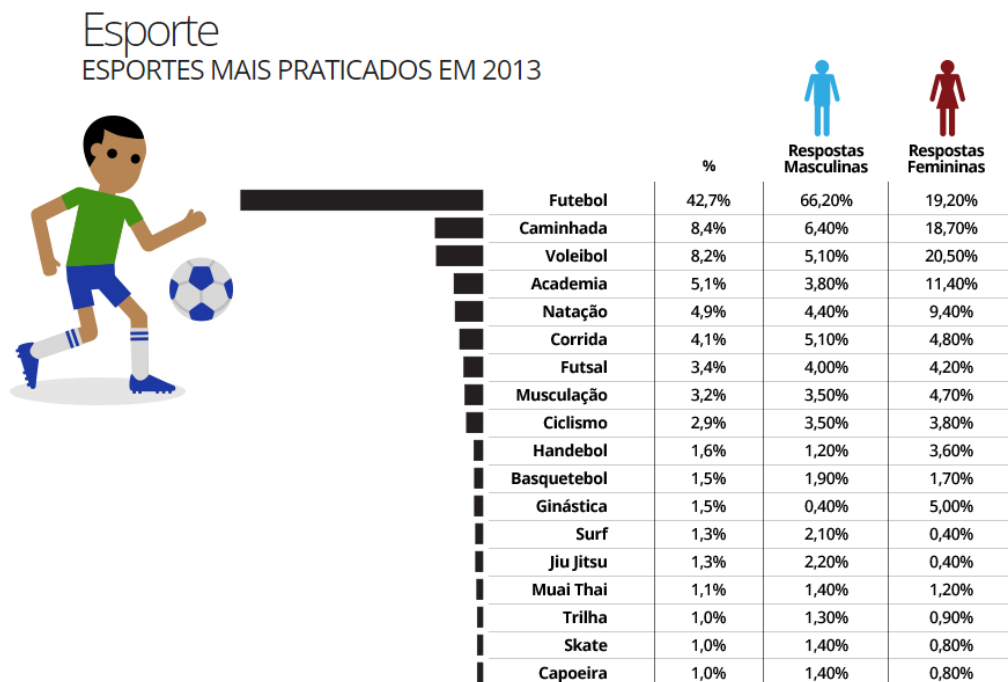


Figura 1 - Esportes mais praticados em 2013
Fonte: Brasil (2015, adaptado)

Segundo Ferreira *et al.* (2018, p. 117), o futebol é um esporte

reconhecido em todo o mundo, mas especificamente no Brasil tem uma importância maior do que em outros países. Desde a infância até a vida adulta é o esporte predileto de muitos, fazendo parte da cultura e tradição brasileira. Desde cedo os pais colocam seus filhos para praticar o esporte, inicialmente apenas por diversão, mas atual.

Os registros mostram que uma das primeiras partidas de futebol feminino ocorreu por volta de 1921 em uma festa de São João (MAGALHÃES, 2010). As pessoas tinham curiosidades sobre esses jogos, e o futebol feminino foi apresentado em circos populares. Leite de Castro, Chefe do Departamento Médico da Liga de Futebol da cidade do Rio de Janeiro, em 1940, defendia que o futebol feminino deveria ser aplaudido apenas como exibição teatral ou grotesca, sendo algo curioso e novidade para a população (GOELLNER, 2021).

Roque (2020) e Balardin *et al.* (2018) também relatam que os dados encontrados mostram que o início do futebol feminino no país ocorreu em 1921 com

a realização do primeiro jogo entre as moças dos bairros Cantareira e Tremembé, na zona norte de São Paulo.

O futebol feminino no Brasil, não começou com a elite, pois a prática era considerada uma aberração para as classes mais altas, dessa forma o seu início ocorreu nos setores mais pobres da sociedade, indo em direção contrária ao masculino. As mulheres que jogavam e tinham determinadas atitudes recebiam julgamentos como “falta de classe”, “povo grosseiro” e “mau cheiro” (MAGALHÃES, 2010; BRUHNS, 2000 apud ROQUE, 2020).

Entretanto, não foi apenas por isso que a modalidade não expandiu no Brasil, como ocorreu com a categoria masculina, já que em 1941 durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, foi estabelecido o Decreto-Lei 3.199, que proibia a prática de esportes que fugiam da sua natureza, que acabou provocando um atraso de 30 anos para o futebol feminino brasileiro, comparado ao futebol masculino, que já este estava entrando no profissionalismo e ganhado o mundo (ROQUE, 2020; FERREIRA *et al.*, 2018; SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016; MAGALHÃES, 2010;).

Durante o período em que a prática do futebol feminino era proibida, muitas resistiram e impediram que a prática da modalidade desaparecesse, dessa forma algumas mulheres jogaram futebol nesse período de forma recreativa ou em locais não esportivos com a intenção de burlar a lei de 1941. Mesmo que essas mulheres tentaram jogar nos anos em que tinha a proibição, a falta de competição não permitiu a difusão e o desenvolvimento da modalidade (GOELLNER, 2021)

Mais tarde o Conselho Nacional de Desportos (CND) através da deliberação N.º 7/65, instruía às entidades desportivas do país sobre a prática de esporte pelas mulheres:

N.º 1 – Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação. N.º 2 – Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, ~~polopéle~~ aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball (CASTELLANI FILHO, 1988 apud SOUZA; DARIDO, 2002, p. 2).

Foi só apenas em 1979 que o CND, através da Deliberação n.º 10 revogou a de n.º 7/65, permitindo assim a participação das mulheres nos esportes que antes eram proibidos. A situação do futebol feminino começou a mudar um pouco quando o CND estava sob gestão Manoel José Gomes Tubino, que reconheceu que era necessário estimular as mulheres à prática esportiva. Com isso, o CND em 06/03/1986 baixou a Recomendação n.º 02, onde reconhece que deve estimular a participação da mulher nas modalidades desportivas (GOELLNER, 2005; CASTELLANI FILHO, 1988 apud SOUZA; DARIDO).

Os jogos só começaram a ganhar força nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1970 e 1980, em paralelo as revoluções de gênero que aconteciam no mundo e as mulheres exigiam seus direitos iguais e maior participação na sociedade. Com isso, “entrar no território masculinizado do futebol era uma atitude de coragem e de quem queria mostrar que não aceitava mais a imposição social de ‘sexo frágil’”. Apenas na década de 1980, o futebol feminino foi institucionalizado no Brasil (MAGALHÃES, 2010, p. 143).

O time mais conhecido na década de 1980 no futebol feminino era o carioca Radar, que disputou torneios internacionais e conseguiu importantes vitórias. A experiência do time feminino do Radar contribuiu para a formação de outros clubes

de futebol feminino no país. Entretanto, no final da década, o time Radar entrou em decadência, fazendo que o futebol feminino no Brasil ficasse estagnado por alguns anos. Na década de 1990 surgiram os times de futebol feminino São Paulo e Santos (ROQUE, 2020; MAGALHÃES, 2010).

Os dirigentes tiveram interesse novamente em 1991 pelo futebol feminino, com isso formaram uma seleção para representar o país no Mundial na China. Em 1996, o futebol feminino foi incluído nas Olimpíadas de Atlanta, como esporte olímpico, ganhando ainda mais destaque. Nessa competição, a seleção brasileira ficou em quarto lugar, entretanto, mesmo que tenha alcançado uma colocação melhor que a equipe masculina, as atletas não tiveram um apoio satisfatório (FIFA, 2021b, adaptado; ROQUE, 2020; MAGALHÃES, 2010; ROMARIZ; DEVIDE; VOTRE, 2007).⁶ Na tabela 2 mostra todas as edições, anos, a sede e os países que ficaram em melhores colocações.

Tabela 2 - Edições dos Jogos Olímpicos

Jogos Olímpicos				
Edições	Sede	1° lugar	2° lugar	3° lugar
1996	Atlanta	EUA	China	Noruega
2000	Sydney	Noruega	EUA	Alemanha
2004	Atenas	EUA	Brasil	Alemanha
2008	Pequim	EUA	Brasil	Alemanha
2012	Londres	EUA	Japão	Canadá
2016	Rio	Alemanha	Suécia	Canadá
2020/21	Tóquio	Canadá	Suécia	EUA

FONTE: FIFA (2021b, adaptado)

Os melhores posicionamentos do Brasil nos Jogos Olímpicos foi em Atenas (2004) e Pequim (2008) quando conseguiu o segundo lugar nas duas edições. Em 1996, 2000 e 2016, a equipe feminina brasileira ficou em quarto lugar, e em 2012 e 2020/21 o time brasileiro foi eliminado nas quartas de final. Em algumas edições as melhores pontuadoras da competição foram brasileiras, sendo elas: Pretinha (1996), Cristiane (2004, 2008), Marta (2008) (FIFA, 2021b, adaptado).

A Copa do Mundo de Futebol feminino é a maior competição da modalidade, tal como ocorre também no futebol masculino, sendo considerada até mais importante do que os Jogos Olímpicos, e teve a sua primeira edição realizada em 1991, na China. A competição ocorre tradicionalmente de 4 em 4 anos, como é na categoria masculina. Até a presente data, já ocorreram oito edições dessa competição, sendo que a seleção brasileira participou de todas as edições, obtendo os melhores resultados nas edições de 1999 e 2007, ficando em terceiro e segundo lugar respectivamente.^{7,8} (FIFA, 2021a; ROQUE, 2020; CBF, 2019; MAGALHÃES, 2010;). A Tabela 3 apresenta todas as edições e vencedores da Copa do Mundo Feminina de Futebol.

Tabela 3 - Edições da Copa do Mundo Feminina

Copa do Mundo Feminina FIFA				
Edições	País-sede	1° lugar	2° lugar	3° lugar

⁶ <https://www.fifa.com/tournaments/womens/womensolympic>

⁷ <https://www.fifa.com/tournaments/womens/womensworldcup>

⁸ <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/o-brasil-na-copa-do-mundo-feminina-relembre-as-campanhas-da-selecao>

1991	China	EUA	Noruega	Suécia
1995	Suécia	Noruega	Alemanha	EUA
1999	EUA	EUA	China	Brasil
2003	EUA	Alemanha	Suécia	EUA
2007	China	Alemanha	Brasil	EUA
2011	Alemanha	Japão	EUA	Suécia
2015	Canadá	EUA	Japão	Inglaterra
2019	França	EUA	Holanda	Suécia

FONTE: FIFA (2021a, adaptado)

Ressalva-se que a seleção brasileira possui a melhor jogadora da modalidade, sendo reconhecida pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Marta Vieira da Silva, artilheira em copas do mundo, coleciona diversos prêmios pessoais pelas suas atuações, sem contar a participação pela luta dos direitos iguais entres jogadores e jogadoras de futebol. Mesmo com a sua grande representatividade e influência, ela é mais reconhecida fora do seu país (ROQUE, 2020; MAGALHÃES, 2010).

É importante notar que antes da Marta entrar para a seleção em 2003 e se tornar uma grande referência para a modalidade, outras mulheres contribuíram para o desenvolvimento da modalidade no país em um momento mais difícil em relação ao futebol feminino, sendo importantes pioneiras e que, infelizmente, até hoje não são devidamente reconhecidas. Dentre elas podemos citar a zagueira Elane que fez o primeiro gol da seleção brasileira no mundial de 1991, Roseli, Adriana, Márcia Taffarel, Michael Jackson, Pretinha (maior pontuadora dos Jogos Olímpicos de Atlanta), Sissi e Formiga (ambas estrearam na Copa do Mundo de 1995) (CBF, 2019; KESTELMAN, 2019).^{4,9}

Em 2019, como uma forma de promover o futebol feminino no Brasil, os times de futebol masculinos da série A do Campeonato Brasileiro foram obrigados à ter uma equipe principal feminina e também a ter ao menos uma categoria de futebol feminino devido a solicitação pelo Licenciamento de Clubes de 2018 (CONMEMBOL, 2018, p.40) que diz:

O solicitante deverá ter uma equipe principal feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Além disso, deverá ter pelo menos uma categoria juvenil feminina ou associar-se a um clube que a tenha. Em ambos os casos, o solicitante deverá providenciar suporte técnico e todo o equipamento e infraestrutura (campo de jogo para a disputa de jogos e treinamento) necessários para o desenvolvimento de ambas equipes em condições adequadas. Finalmente, é exigido que ambas equipes participem de competições nacionais e/ou regionais autorizadas pela respectiva Associação Membro.

Dessa forma os clubes tiveram que formar sua equipe feminina, como estamos presenciando nesses últimos anos desde a solicitação da Conmembol, como uma forma de desenvolver o futebol feminino no Brasil. Essa atitude já é um pequeno passo o desenvolvimento da modalidade, visto que trará oportunidades para mais atletas e também será possível encontrar novas atletas. Dentre os atuais clubes que possuem equipe de futebol feminino pode-se citar: Palmeiras, Corinthians, São Paulo, Santos,

⁹ <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/maior-nome-antes-de-marta-sissi-carrega-historia-de-preconceito-e-pouco-reconhecimento.ghtml>

Internacional, Grêmio e Flamengo (Globo Esporte, 2021, adaptado; ALVES, 2019).
10,11

3 DESVALORIZAÇÃO, DESAFIOS E DIFICULDADES DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

O futebol é um esporte de grande aceitação no Brasil, sendo uma grande 'paixão' dos brasileiros. O Brasil é considerado o "país do futebol", capaz de unir pessoas de diversas culturas, além de ser considerado como um exemplo de democracia, justamente por possui regras que são respeitadas pela sociedade (KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003)

Porém, mesmo que o esporte tenha essa grande popularização no país, o futebol tem o estereótipo de ser um esporte masculino, carregando significados e significantes que geram pré-conceitos quanto à participação de mulheres e de pessoas de sexualidade divergente da hegemônica, o que causa, conseqüentemente, a exclusão desses. Tais situação evidenciam que o futebol não é um esporte democrático, pois exclui a participação da mulher (KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003; SOUZA; DARIDO, 2002). Ou seja, percebe-se uma contradição, pois leva-se em consideração que a modalidade é democrática quando diz respeito ao seguimento de regras e normas próprias, mas não é democrático quanto analisado a efetiva participação de determinados grupos considerados minoritários.

Atualmente é possível observar pequenas mudanças nos cenário do futebol feminino, entretanto, e mesmo com as conquistas e legitimações das mulheres nos espaços, seja como jogadora, técnica, árbitra e espectadora, é notável alguns resquícios histórico-sociais de cultura machista e moralista, que são capazes de promover o preconceito a respeito da participação da modalidade no esporte (FRANZINI, 2005).

Segundo Ferreira (2020), por mais que a atleta tenha um bom desempenho dentro do campo, as mulheres não têm os mesmos privilégios e atenção como ocorre no futebol masculino. Essa diferença se deve a forma como a sociedade patriarcal enxerga a mulher, uma pessoa de sexo 'frágil', que sempre foi desvalorizada e que deveria apenas cuidar da casa e dos filhos, ou seja, ligada à questão da maternidade, dessa forma o esporte não seria da sua natureza e para a natureza feminina, sobretudo visto as manifestações corporais existentes em campo. No início do século XX, a prática de exercícios era visto como forma de fortalecer o corpo da mulher para a maternidade, mas não eram todos os esportes que elas deveriam praticar, nessa situação, as atividades consideradas como mais 'delicadas' eram direcionadas às mulheres, com a justificativa de respeitar a perspectiva anatomofisiológica (FERREIRA, 2020; GOELLNER, 2005).

Ao observarmos a história do futebol feminino, percebemos que não é de hoje que a modalidade possui uma determinada desvalorização. Desde muito antes os comportamento e atitudes preconceituosas demonstravam, e demonstram até os dias de hoje, que algumas pessoas e instituições não davam ou dão a mínima atenção para a modalidade. É possível notar isso por conta do Decreto-lei nº 3.199 durante o Estado Novo, um período de ditadura no Brasil, que não permitia que mulheres praticassem esportes que fugissem de sua natureza (SOUZA; DARIDO, 2002; TUBINO, 2002 apud FERREIRA *et al.*, 2018).

¹⁰ <https://ge.globo.com/futebol/brasileiro-feminino/>

¹¹ <https://ge.globo.com/futebol/noticia/montar-time-feminino-e-exigencia-para-equipes-da-serie-a-2019-veja-situacao-dos-clubes.ghtml>

Além do mais, antigamente tinham discursos com argumentos biológicos como forma de afastar as mulheres das práticas de esportes, como afirmar que o futebol masculinizava o corpo feminino, dando a elas joelhos deformados, pernas grossas e tornozelos mais rechonchudos. Outros argumentos também eram expostos como os riscos ao corpo “frágil” das mulheres, alegando que a prática dessa modalidade poderia causar danos aos órgãos reprodutores femininos e ocorrência de lesões mamárias, devido a violência presente no futebol, sendo assim, a prática de futebol por mulheres seria uma ameaça à maternidade sadia (GOELLNER, 2021; FRANZINI, 2005; FARIA JÚNIOR, 1995 apud SOUZA; DARIDO, 2002).

Quando as mulheres participam dos meios esportivos, nos deparamos com a erotização do seu corpo. Praças, estádios, ginásios e academias são vistos como locais para espetacularizar o corpo feminino, ressaltando atributos característicos do seu sexo, como beleza, graciosidade e sensualidade (GOELLNER, 2005).

Diferente dos homens, as mulheres necessitam apresentar uma beleza além da técnica exigida no esporte. Franzini (2005) e Knijnik e Vasconcelos (2003) relatam o machismo presente no Campeonato Paulista em 2001, onde a Federação Paulista de Futebol (FPF) promoveu uma seleção de atletas com o intuito de dinamizar a modalidade feminina. Segundo os dirigentes da FBF, um dos maiores objetivos era o embelezamento das atletas, criando uma vitrine unindo a imagem do futebol com a feminilidade das mulheres como forma de atrair o público masculino. Os panfletos que divulgavam os testes de seleção reforçavam que era necessário ter beleza e não podiam passar dos 23 anos, pois dessa forma, segundo os dirigentes, era possível ter um futebol com uma boa técnica e bonito, pois exaltava a beleza das atletas.

As jogadoras de futebol são questionadas a respeito da sua sexualidade “parecendo ‘normal’ essa inspeção”, um fato que não irá determinar as suas habilidades no esporte. Em uma matéria de Maurício Cardoso na Revista Veja, a jogadora Sissi relata que a primeira coisa que perguntam para ela é se ela tem namorado, pergunta que não é feita inicialmente com os jogadores. A jogadora ainda relata que a sua sexualidade é algo íntimo que ela não tem obrigação de falar sobre (GOELLNER, 2005, p.149; CARDOSO, 2000 apud GOELLNER, 2005).

Segundo Goellner (2005, p. 149),

Agrega-se, portanto, ao discurso da masculinização da mulher a associação entre a aparência corporal e a identidade sexual, ou melhor, a suspeição de que a mulher que habita esse corpo “viril” vivencia seus desejos, seus amores e seus prazeres a partir de um referente que não aquele considerado como “normal”, qual seja o da heterossexualidade.

Como citado anteriormente, ainda há resquícios da cultura machista na atualidade. É possível observar isso através do preconceito que as atletas sofrem por simplesmente jogar. No estudo de Gavião, Falcão e Ilha (2018), 12,5% das entrevistadas alegaram o preconceito como uma modalidade encontrada na profissão. Ainda nesse estudo, 12,5% alegaram a falta de espaços físicos, o que é visível, já que raramente encontramos escolinhas disponíveis para a prática do futebol feminino. Outros 12,5% alegaram a questão financeira como barreira, pois acabam não tendo retorno com a modalidade e 6,3% disseram que a jornada dupla é uma das dificuldades encontradas, já que necessitam de outro emprego para o sustento, algumas estudam e outras precisam cuidar dos filhos e da casa.

A diferença entre as premiações do futebol masculino e feminino é grande. Na Copa de 2018, os franceses, ganharam 38 milhões de dólares, sendo que as campeãs da Copa de 2019 receberão apenas 4 milhões de dólares. Para o futebol feminino

foram gastos cerca de 30 milhões de dólares para as seleções que participaram do torneio em 2019, sendo esse um valor bastante inferior aos 400 milhões de dólares distribuídos para as seleções masculina na Copa de 2018. Mesmo sendo um valor inferior ao masculino, já é possível ver um pequeno avanço, visto que, esse valor é o dobro pago no Mundial Feminino de 2015. Essa diferença nos valores se deve à falta de patrocínio, preconceito, desvalorização da mulher e o número menor de telespectadores. (FERREIRA, 2020; GALEANO, 2019).¹²

Como foi relatado no estudo de Gavião, Falcão e Ilha (2018) a questão financeira é um dos desafios encontrados por mulheres no futebol. Galeano (2019) também aborda essa questão através da diferença entre salários entre homens e mulheres. A autora apresenta que a diferença entre o salário por ano de Lionel Messi (127 milhões de dólares) é 282 vezes maior que da jogadora que tem o maior salário entre jogadoras, Ada Hegerberg (452 mil dólares). Outro fato abordado por Galeano é que nem todas jogadoras brasileiras possuem carteira assinada, sendo que algumas recebem apenas ajuda de benefícios ou necessitam de exercer outras profissões como forma de garantir o sustento, tal fato apresentado também no estudo de Gavião, Falcão e Ilha (2018) quando 6,3% das entrevistadas alegaram jornada dupla.

Ainda sobre os resquícios presentes na sociedade, é possível observar questões culturais sendo repassadas, como é o caso da determinação de “brinquedos de meninas” e “brinquedos de meninos”, citado por Ferreira (2020) em sua análise do filme “Nike Football Presents: Andressa Alves’ Story”, realizado pela Nike, patrocinadora da seleção, e divulgado em 2019 para a Copa do Mundo Feminina. No filme, a jogadora Andressa Alves diz que nunca pediu uma boneca de presente, mas era isso que recebia todas as vezes. A jogadora perdeu a quantidade de vezes que pediu uma bola, mas nunca era atendida, e para jogar o seu futebol ela fazia as cabeças das bonecas de bola. Tal fato também foi apresentado por Sardinha e Pereira (2016 apud PNUD, 2017) quando relatam a história da jogadora Formiga que preferia as bolas que seus irmãos recebiam de presente ao invés das suas bonecas.

A falta da visibilidade do futebol feminino se deve ao desinteresse por parte da mídia, falta de oportunidades e patrocínio. Aos passos lentos a situação do futebol feminino vai mudando, mas a luta não se restringe apenas as mulheres em campo, mas também na participação delas na comissão técnica ou diretoria de clubes, arbitragens e narrações. Esse espaço não deve ser conquistado pela beleza da mulher, e sim pela capacidade (FERREIRA, 2020).

No caso do Brasil, o futebol feminino ainda é praticado basicamente de forma amadora, uma vez que a maioria das atletas desenvolvem outras atividades profissionais. O investimento com o futebol feminino é pequeno e com pouca visibilidade tanto de público como da mídia em geral (SARDINHA, 2011 apud BALARDIN *et al.*, 2018, p. 102).

Podemos ver esse descaso em cada fase que é importante para futebol feminino brasileiro se tornar uma potência na modalidade. A começar, primeiramente, pela falta de investimentos em todas as áreas. Os grandes clubes temem o investimento por pensarem que não terão retorno algum (FERREIRA *et al.*, 2018). Entretanto, essa questão dos clubes começou a mudar em 2019, devido a obrigação solicitada pelo Licenciamento de Clubes de 2018, que diz que as equipes de futebol masculina devem ter uma equipe principal e juvenil feminina ou associar-se a algum clube que tenha equipes feminina, sendo necessário o clube oferecer

¹² <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/06/10-maiores-disparidades-entre-copa-do-mundo-feminina-e-masculina.html>

suporte técnico, infraestrutura e equipamentos, além de que as equipes são obrigadas a participarem de competições nacionais ou regionais (CONMEMBOL, 2018).

Existe pouco comprometimento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para organização de campeonatos e tentar popularizar a modalidade, fazendo com que as atletas brasileiras que buscam a profissionalização, passem a jogar em clubes de outros países, como os Estados Unidos, que atualmente é uma das potências do futebol feminino (FERREIRA *et al.*, 2018). Esse dado também aparece na entrevista com jogadoras elaborada na pesquisa de Salvini e Marchi Júnior (2016, p. 308), na qual a jogadora relata: “No Brasil tem muitas jogadoras boas, de qualidade mesmo, só que não tem apoio, não tem patrocínio, não tem campeonato não tem calendário, então isso deixa muita coisa pra trás, é bem limitado.”

Há também pouco ou nenhum apoio da mídia na parte de transmitir e informar a população sobre os campeonatos nacionais. Ainda hoje se fala pouco da seleção brasileira feminina e os campeonatos nacionais em programas esportivos de canais abertos. Há uma grande dificuldade em acompanhar as competições femininas, já que raramente são transmitidas. Atualmente apenas um canal de TV aberta transmite boa parte dos jogos do Campeonato Brasileiro de futebol feminino. Já a Copa do Mundo de Futebol Feminino, só foi transmitida pela primeira vez na tv aberta em 2019, em sua 8ª edição e surpreendeu com o alto número de telespectadores (FERREIRA, 2020; GALEANO, 2019; FERREIRA *et al.*, 2018).

O descaso com as jogadoras são vistos até mesmo no uniforme que as atletas da seleção usavam, até pouco tempo atrás, era o aproveitado o mesmo modelo do masculino, que carregava as cinco estrelas dos títulos conquistados pela seleção masculina. Esse fato só mudou em 2019, durante a Copa do Mundo de Futebol Feminino, quando usaram pela primeira vez as camisetas feitas exclusivamente para elas (MANTOS DO FUTEBOL, 2019)¹³.

Goellner (2005) alega que mesmo ocorrendo alguns avanços no futebol feminino, ainda é precário a estruturação da modalidade, pois percebe-se que é escasso a quantidade de campeonatos, basicamente não existe políticas públicas de incentivo para a prática de mulheres e meninas, independentemente de serem participantes eventuais ou atletas de alto rendimento. Além disso, é notável o pouco espaço destinado ao futebol feminino nas mídias esportivas, e quando a disponibilidade de se falar sobre a modalidade, infelizmente não menciona tanto as habilidades de atletas, árbitras ou treinadoras, mas sim o seu comportamento ou a sua imagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que ao longo da história no meio esportivo, a mulher era proibida de participar de alguns esportes e competições. Isso ocorreu devido a forma que a mulher é vista perante a sociedade, uma mulher do sexo frágil que deveria se preparar para uma maternidade saudável e cuidar dos filhos. Tal fato está presente desde a Grécia Antiga quando a mulher não podia participar e nem assistir aos primeiros Jogos Olímpicos.

No contexto do futebol essa história não foi diferente, ainda mais pelo esporte ser caracterizado pelas pessoas como um esporte masculino. No país do futebol foi visto que as mulheres enfrentaram e ainda sofrem desafios para a sua prática e permanência no esporte. Ao longo da história teve proibições como o Decreto-Lei 3.199 que provocou um grande atraso no desenvolvimento da modalidade no Brasil.

¹³ <https://mantosdofutebol.com.br/2019/06/camisas-copa-mundo-feminina-2019/>

É notável que a falta de investimentos, apoio da mídia, premiações diferentes entre homens e mulheres, dupla jornada das mulheres são fatores provocam uma invisibilidade ao futebol feminino e também a não permanência dentro do futebol, visto que precisam realizar outras atividades para a sobrevivência e acabam abandonando a prática.

São esses mesmo fatores que provocam a desvalorização do futebol feminino no Brasil. Com isso, o objetivo proposto para a elaboração desse trabalho foi atingido, pois foi possível compreender os fatores que provocam a desvalorização do futebol feminino no país do futebol.

Dessa forma, é necessário novas pesquisas em relação ao tema, principalmente em relação a iniciação esportiva no futebol feminino, visto que não existe muitas pesquisas relacionadas a essa fase importante para o desenvolvimento da modalidade. Além de que é necessário discutir sobre o futebol feminino como forma de provocar o interesse ao assunto e também para quebrar estereótipos enraizados na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco A. B.; GUTIERREZ, Gustavo L. Esporte e sociedade. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 14, Nº 133, 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd133/esporte-e-sociedade.htm> Acesso em: 02. nov. 2021.

ALVES, Camila. Montar time feminino é exigência para equipes da Série A 2019; veja situação dos clubes. **GEGlobo**, 2019. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/montar-time-feminino-e-exigencia-para-equipes-da-serie-a-2019-veja-situacao-dos-clubes.ghtml> Acesso em: 02. nov. 2021.

BALARDIN, Geórgia F. *et al.* O futebol feminino no Brasil e nos Estados Unidos: semelhanças e diferenças no esporte. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo. v.10. n.36. p.101-109, 2018.

BRASIL, Ministério do Esporte. **A prática de esportes no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/2.html> Acesso em: 14. abr. 2021.

CASTRO, Juliana. Mulheres nas Olimpíadas: uniformes, participação e salários em pauta. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/mulheres-nos-jogos-uniformes-participacao-e-salarios-em-pauta/> Acesso em: 22. out. 2021.

CBF, Confederação Brasileira de Futebol. O Brasil na Copa do Mundo Feminina: relembre as campanhas da Seleção. **CBF**, 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina/o-brasil-na-copa-do-mundo-feminina-relembre-as-campanhas-da-selecao> Acesso em: 13. set. 2021.

COI, Comitê Olímpico Internacional. **Répertoire du mouvement olympique**, 2017.

CONMEBOL. **Regulamento de Licença de Clubes**. 2018.

ESPN. Olimpíadas: Tóquio-2020 tem maior participação feminina do Brasil no quadro de medalhas em toda a história. **ESPN**, 2021. Disponível em: https://www.espn.com.br/olimpiadas/artigo/_/id/9026857/olimpiadas-toquio-2020-tem-maior-participacao-feminina-do-brasil-no-quadro-de-medalhas-em-toda-a-historia Acesso em: 22. out. 2021.

FERREIRA, Mario J. P. *et al.* Preconceito no futebol feminino no Brasil: Uma revisão narrativa. **Revista Diálogos em Saúde**, vol. 01, nº02, 2018.

FERREIRA, Suzana P. **Análise das campanhas feitas pelas marcas patrocinadoras da Seleção Brasileira de futebol feminino durante as Copas do Mundo de 2015 e 2019.** Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Publicidade e Propaganda – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

FIFA, Federação Internacional de Futebol. Copa do Mundo Feminina FIFA, **FIFA**, 2021a. Disponível em: <https://www.fifa.com/tournaments/womens/womensworldcup> Acesso em: 13. set. 2021.

FIFA, Federação Internacional de Futebol. Torneio Olímpico de Futebol Feminino. **FIFA**, 2021b. Disponível em: <https://www.fifa.com/tournaments/womens/womensolympic> Acesso em: 13. set. 2021.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº50, p. 315-328, 2005.

GALEANO, Marina. As 10 maiores disparidades entre a Copa do Mundo Feminina e a Masculina. **Marie Claire**, 13. jun. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/06/10-maiores-disparidades-entre-copa-do-mundo-feminina-e-masculina.html>. Acesso em: 03. nov. 2021.

GAVIÃO, Paula C. S.; FALCÃO, Clodomiro P.; ILHA, Phillip P. Adesão, permanência e barreiras percebidas na prática do Futebol Feminino. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. São Paulo. V.10. n.40 Suplementar 1. P.550-556. Jan./Dez. 2018.

GIANNINI, Alessandro; SEGALLA, Amauri. A extraordinária participação feminina nos Jogos de Tóquio. **VEJA**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/nos-resultados-e-causas-a-extraordinaria-participacao-feminina-em-toquio/> Acesso em: 22. out. 2021.

GE.Globo. **Brasileirão Feminino**. GE.Globo, 2021, adaptado. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/brasileiro-feminino/> Acesso em: 02. nov. 2021.

GOELLNER, Silvana V. Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, e27001, 2021.

GOELLNER, Silvana V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v.8, n.1, p.85-100, Jan./Jun. 2006.

GOELLNER, Silvana V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, 2005.

GOELLNER, Silvana V. **Mulher, olimpismo e desempenho**. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades. Universidade de São Paulo – USP, 2004.

ISTOÉ. Paris 2024 terá inclusão do breanking e Ítalo Ferreira em agradecimento a Tóquio; confira a projeção. **Istoé**, 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/paris-2024-tera-inclusao-do-breanking-e-italo-ferreira-em-agradecimento-a-toquio-confira-a-projecao/> Acesso em: 22. out. 2021.

KESTELMAN, Amanda. Maior nome antes de Marta, Sissi carrega história de preconceito e pouco reconhecimento. **GEglobo**, 2019. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/maior-nome-antes-de-marta-sissi-carrega-historia-de-preconceito-e-pouco-reconhecimento.ghtml> Acesso em: 13. set. 2021.

KNIJNIK, Jorge D.; VASCONCELOS, Esdras G. **Mulheres na área no país do futebol: perigo de gol**. Mulher e Esporte – mitos e verdades. SIMÕES, A. C. (org). Barueri, Manole, 2003, p.165-175.

LOFFREDO, Marisa. **Mulher, olimpismo e desempenho**. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades. Universidade de São Paulo – USP, 2004.

MANTOS DO FUTEBOL. Camisas da Copa do Mundo Feminina 2019. **Mantos do Futebol**, 06. jun. 2019. Disponível em: <https://mantosdofutebol.com.br/2019/06/camisas-copamundo-feminina-2019>. Acesso em: 03. nov. 2021.

MAGALHÃES, Lívia G. **Ensino & memórias histórias do futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. 192 p.: il.

MARTINS, Danielle; *et al.* O esporte como papel de uma reunião social. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. V.1, n.1, 2002.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo H. L.; TUBINO, Manoel J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. **R. bras. Ci. E Mov.** 16(2), 2008, p. 117-125.

PNUD [Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento] (2017). **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional – Movimento é vida: Atividade Física e Esportivas para Todas as Pessoas**. Brasília: Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RODRIGUES, Tauany. Opinião: Olimpíadas 2020 são marcadas pela equidade de gênero. **Tracklist**, 2021. Disponível em: <https://tracklist.com.br/olimpiadas-genero/112131> Acesso em: 03. nov. 2021.

ROMARIZ, Sandra B.; DEVIDE, Fabiano P.; VOTRE, Sebastião. Atleta, substantivo feminino: As mulheres brasileiras nos jogos olímpicos. **Movimento**, Porto Alegre, v.13, n.01, p.207-2016, 2007.

ROQUE, Lorena A. O. **As dificuldades encontradas no futebol de campo feminino no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em Educação Física – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, v.30, n.2, p. 303-11, Abr./Jun., 2016.

SOUZA JÚNIOR, Osmar M.; DARIDO, Suraya C. A prática do futebol feminino no Ensino Fundamental. **Motriz**. v. 8, n.1, p.1-9, Jan-Abr, 2002.

ZAFFALON JÚNIOR, José R.; MEDEIROS, Fagner F.; SILVA, Juliane R. O esporte como fenômeno social. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 17, Nº 172, 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd172/o-esporte-como-fenomeno-social.htm> Acesso em: 21. out. 2021.

Agradecimentos

A Deus por ter me permitido chegar até aqui e escrever esse artigo.

Aos meus pais e meu irmão que me incentivaram e sempre estiveram ao meu lado ao longo desse processo.

A minhas amigas que sempre me apoiaram e me ouviram falar sobre futebol.

Ao meu orientador que contribuiu e auxiliou na elaboração desse artigo.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1021 | Fax: (62) 3946.1397
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**ATA DA APRESENTAÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2021 reuniram-se na sala de apresentação 3, às 10:00 horas, a Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador(a): THIAGO CAMARGO IWAMOTO

Parecerista: MARCOS PAULO DA SILVA COSTA

para a apreciação do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física – BACHARELADO, da Acadêmico(a):

LUDMYLLA BEATRIZ CUNHA MOTA

Com o título:

**PARTICIPAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS NO FUTEBOL:
DESVALORIZAÇÃO E DESAFIOS**

Que após ser apresentado recebeu o conceito:

A

B

C

D

Coordenação do Curso de Educação Física.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 85 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1021 | Fax: (62) 3946.1397
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

ANEXO 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

Eu, LUDMYLLA BEATRIZ CUNHA MOTA estudante do Curso de Educação Física, matrícula 2018.1.0128.0036-0, telefone: 62 98466-1457, e-mail ludmyllamota14@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autorizo a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado PARTICIPAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS NO FUTEBOL: DESVALORIZAÇÃO E DESAFIOS, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND)•, Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT)•, outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 9 de dezembro de 2021.

Nome completo do autor: LUDMYLLA BEATRIZ CUNHA MOTA

Assinatura do(s) autor(es): *Ludmylla Beatriz Cunha Mota*

Nome completo do professor-orientador: THIAGO CAMARGO IWAMOTO

Assinatura do professor-orientador: *Thiago Camargo Iwamoto*

Goiânia, 9 de dezembro de 2021.